Sobre a Escravidão", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado. - Deputada Leci Brandão - favorável - G.S., P.B.

12 - Moção 183/2023 - Deputada Professora Bebel - (CONCLUSIVA) Repudia a manifestação do vereador Fabrício Polezi da Câmara Municipal de Piracicaba que, em sua página de Facebook, afirmou que não se deve louvar a possibilidade de que uma universidade federal possa se instalar naquele Município. - Deputado Mauro Bragato - favorável

13 - Moção 216/2023 - Deputada Letícia Aguiar - (CONCLUSIVA) Aplaude a Cavalaria de São Gonçalo e de São Benedito de Guaratinguetá por manter a tradição cultural e religiosa há mais de 300 anos, na região do Vale do Paraíba. - Deputado Guto Zacarias - favorável

14 - Moção 233/2023 - Deputada Professora Bebel e outros. - (CONCLUSIVA) Apoia a reivindicação da população de Piracicaba para que o Governo Federal tome medidas necessárias à implantação de uma Universidade Federal no desativado Campus Taquaral da Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP. - Deputada Marta Costa - favorável

REQUERIMENTOS:

Item 15 - Requerimento nº 2017/2023, de autoria do Deputado Carlos Giannazi - Requer à Comissão de Educação e Cultura a convocação do Sr. Secretário de Estado da Educação para prestar esclarecimentos sobre o material didático disponibilizados aos alunos. (Vista: Deputado Carlos Giannazi; Deputada Professora Bebel)

Item 16 - Requerimento n° 2166/2023, de autoria do Deputado Carlos Giannazi - Requer, à Comissão de Educação e Cultura, a convocação do Sr. Carlos Gilberto Carlotti Junior, Reitor da Universidade de São Paulo - USP, e do Sr. Paulo Martins, Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), para que, perante esta Comissão Permanente, esclareçam sobre o desmonte dos cursos da USP, em especial da Faculdade de Letras, com ameaça de fechamento de cursos e redução do quadro de professores. (Vista: Deputado Carlos Giannazi; Deputada Professora Bebel)

Item 17 - Requerimento nº 2518/2023, de autoria da Deputada Professora Bebel - Requer a realização de uma audiência pública desta comissão na Câmara de vereadores de Campinas para discutir a consolidação e expansão do Instituto Federal na Cidade de Campinas. (Vista: Deputado Carlos Giannazi/Deputada Professora Bebel)

PARA CIÊNCIA:

Item 18 - E-mail da Federação Paulista de Futebol, enviando o arquivo (em Excel) relativo à 'Declaração/Frequência Escolar 2023 dos atletas menores de idade que disputaram campeonatos na FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL.'

Item 19 - E-mail da Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas, que encaminha os Relatórios de Atividades da Comissão de Avaliação - 2º Trimestre de 2023.

Debates

1º DE NOVEMBRO DE 2023
131ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e DR. JORGE DO CARMO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - DR. JORGE DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Endossa o pronunciamento do deputado Dr. Jorge do Carmo. Critica o governo por não editar o projeto das Atividades Pedagógicas Diversificadas - APDs.
4 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - DR. JORGE DO CARMO
Assume a Presidência.
6 - EDIANE MARIA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
7 - PRESIDENTE DR. JORGE DO CARMO
Acolhe a questão de ordem da deputada Ediane Maria, para respondê-la oportunamente.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE DR. JORGE DO CARMO
Endossa o pronunciamento do deputado Reis, quanto ao valor do auxílio-alimentação no serviço público estadual.
10 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - PRESIDENTE DR. JORGE DO CARMO
Endossa o pronunciamento do deputado Carlos Giannazi.
13 - PAULO FIORILO
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - PRESIDENTE DR. JORGE DO CARMO
Tece considerações sobre o veto do governo ao projeto de sua autoria, que trata da retirada humanizada de pessoas de áreas de risco de enchentes.
15 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
18 - PRESIDENTE DR. JORGE DO CARMO
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 06/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, deputado professor Carlos Giannazi. Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente da galeria, público da TV Alesp, os ilustres policiais aqui presentes, os assessores.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna neste dia 1º de novembro, quando daqui a pouco já é o final do ano; faltam dois meses para o final do ano legislativo de 2023. E vim, Sr. Presidente, falar de uma demanda, de uma reivindicação que paira pela sociedade no Brasil como um todo e, em especial, aqui no estado de São Paulo.

Inclusive hoje, a partir do dia 1º de novembro, nós tivemos a determinação pelo prefeito de São Caetano do Sul que iniciou lá o processo de tarifa zero. A tarifa zero é um direito, é o direito de ir e vir. É o direito constitucional que a sociedade tem de ir e vir. Muitas vezes não consegue ir ou vir porque não tem dinheiro, porque não tem dinheiro para ir ao médico, para ir para a escola, tal.

Mas falando de tarifa zero, eu apresentei um projeto de lei aqui a esta Casa, que é o Projeto nº 1.540, de 2023, que versa sobre a possibilidade, a autorização desta Casa, para que o governador do estado de São Paulo possa, nos dias de eleição, conceder, por meio, evidentemente, do serviço de concessionárias do nosso estado, a gratuidade do transporte coletivo, visto que essa determinação, já há uma recomendação, ou melhor, uma determinação do Supremo Tribunal Federal.

Ouso aqui ler o que disseram, o que falaram, os ministros. O Supremo Tribunal Federal, STF, por unanimidade, decidiu que o poder público tem o dever de fornecer serviço gratuito de transporte coletivo nos dias de eleições. A decisão foi tomada na sessão desta quarta-feira, dia 18, no julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, ADPF n.º 1.013.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, achei por bem, entendo que é um direito da sociedade paulista, em todas as regiões metropolitanas, no estado de São Paulo como um todo, nos dias de eleição, o governador, o poder público estadual e os poderes públicos municipais, evidentemente, adotarem o sistema gratuito enquanto não temos a tarifa zero em todos os municípios, em todo o estado de São Paulo, ao menos, por recomendação, por determinação, por se tratar de um direito recomendado e determinado pelo Supremo Tribunal Federal.

Como aqui mencionei, apresentei o Projeto n.º 1.540, que versa: "Fica o Poder Executivo estadual autorizado a determinar as concessionárias e empresas de transporte público urbano e interurbano, ferroviários, metroviário e rodoviário, sob competência estadual, para que funcione com normalidade e gratuidade no dia das eleições, de acordo com o calendário e horário de votação estabelecido pela Justiça Eleitoral."

Entendo que é um projeto que tem por si só legalidade, uma vez que o Supremo Tribunal Federal já determinou que esse direito seja cumprido para todas as pessoas, eleitores ou não, que possam circular nos dias de eleições no estado de São Paulo. Por isso, temos isso como um direito de ir e vir, e um direito para que as pessoas possam se locomover e exercer o seu exercício de cidadania.

É importante que nos dias de eleições tenha a tarifa zero. Ademais, acho por oportuno que o estado de São Paulo, que as concessionárias, que o Governo de São Paulo e os municípios do estado de São Paulo e do Brasil, mas em especial de São Paulo, comecem a organizar. Temos hoje a 25.ª cidade do estado de São Paulo já com tarifa zero. No Brasil, são mais de 80 municípios com tarifa zero.

Então vejo com bons olhos, vejo que esse Projeto de lei pode prosperar, porque se trata de uma autorização. Logo, não há vício de iniciativa, porque é uma autorização desta Casa para que o poder público estadual, no caso o Governo do Estado de São Paulo, possa determinar que as concessionárias de serviço público de transporte coletivo no estado de São Paulo possam conceder a gratuidade nos dias de eleições. Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade, e aproveito para desejar um ótimo feriado para todas e todos nós.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Parabéns, deputado Jorge do Carmo, pela iniciativa desse projeto. Todo o nosso apoio. Dando sequência à lista de oradores inscritos, tem a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Tem a palavra o deputado Eduardo Suplicy.

Enquanto o deputado se dirige à tribuna, eu gostaria de registrar que hoje é dia primeiro de novembro, quarta-feira, praticamente 14 horas e nove minutos, e até agora, até este exato momento, o Governo do Estado, governo Tarcísio, por meio do seu secretário Renato Feder, não protocolou ainda o Projeto de lei Complementar que trata da questão da flexibilização das APDs, das atividades pedagógicas diversificadas, que vêm prejudicando imensamente o magistério estadual.

Então aqui da Alesp nós exigimos que o governo cumpra a sua promessa. O Renato Feder, secretário da Educação, dono da Multilaser, já prometeu três vezes: uma aqui na Assembleia Legislativa, no primeiro semestre, em uma reunião que teve comigo em seu próprio gabinete, e agora, recentemente, através de uma "live" no início do semestre. Mas hoje é dia primeiro de novembro, quarta-feira, 14 horas, e até agora, nada.

E o projeto é importante, deputado Jorge do Carmo. Esse projeto tem que ser encaminhado com rapidez, com agilidade, para que a gente possa resolver essa situação, resolver a questão da volta da falta-aula, a questão da atribuição de aulas também, sobretudo para os professores da categoria "O".

Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente deputado Carlos, eu quero, primeiro, fazer um comentário aqui sobre como o economista Ricardo Paes de Barros, um dos responsáveis pelos problemas sociais brasileiros, quando ele diz que o desenho do Bolsa Família atual precisa ser melhorado. Ele disse: "O Cadastro Único piorou na gestão anterior e está desatualizado. É um grave problema, porque isso é fundamental para dar o benefício a quem realmente precisa".

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Dr. Jorge do Carmo.

* * *

O ministro Wellington Dias tem feito enorme esforço para melhorar a qualidade do Cadastro, o que é bem-vindo, eu estou de acordo com isso. Na avaliação do economista, o pagamento de 600 reais para a regra atual, que contempla somente famílias com renda per capita até 218 reais mensais, não é o melhor modelo a ser seguido. Ele sugere que o valor do benefício seja aumentado ou reduzido conforme a renda individual de cada família.

Diz ele, abrindo aspas: "A focalização deveria funcionar da mesma maneira que os impostos, precisa ser gradual. Evita-se quinas, as mudanças ficam suaves. Seria estabelecer uma rampa ao invés de uma linha de corte para a família parar de receber. Essa família, à medida que fica menos pobre, passa a receber menos, mas não é deixar de receber, assim do nada", afirmou o professor Ricardo Paes de Barros.

Daí a coluna do "Estadão" registra que: "Recentemente, o deputado estadual Eduardo Suplicy apresentou ao governo Lula uma proposta para discutir a transição do Programa Bolsa Família para a Renda Básica de Cidadania".

Diz a coluna do "Estadão" que a ideia foi rechaçada por Paes de Barros: "Por que transferir renda para quem não é pobre? Não tem como fazer um programa de cesta básica para quem não precisa de alimento", criticou. "Para que a Renda Básica para quem já tem muito dinheiro? A justificativa para se fazer universal seria se não soubéssemos quem são os pobres. Só se dá remédio para quem tem doença".

Ora, querido Ricardo Paes de Barros, com todo respeito, carinho, amizade, eu quero recomendar a você que esteja lendo melhor a opinião de economistas como Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght, que, em "Renda Básica, uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã", é exatamente a Renda Básica Universal.

É claro que vamos pagar para todos, mas qual é a vantagem? Ao se pagar para todos, não há mais qualquer burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou no mercado informal, na carteira de trabalho assinada ou em qualquer atividade pela qual recebemos uma remuneração, sem eventual registro.

Se uma mãe toma conta das crianças da vizinha, recebe um trocado no dia seguinte, não precisa declarar, mas qual é a boa justificativa disso? Não é que os que têm mais vão receber também, como os que têm menos?

Só que os que temos mais, eu incluído, nós iremos contribuir para que nós mesmos e todos os demais venham a receber. Eu estranho que Ricardo Paes de Barros, e mesmo a coluna do "Estadão", não tenham colocado isso como um argumento tão importante.

Eu espero que a Roseann Kennedy, o quanto antes, venha a esclarecer que, para se cuidar bem das coisas, os que temos mais vamos colaborar para que os mais ricos venham também a receber e contribuir muito mais para que todos venhamos a receber.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, deputado, sempre senador, Eduardo Matarazzo Suplicy.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para apresentar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Pela ordem, nobre deputada Ediane Maria. Com a palavra, Vossa Excelência.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Muito obrigada, Sr. Presidente. Estou aqui para apresentar o meu requerimento, e eu acho muito importante a gente colocar nesta Casa, apresentar um pouquinho. Vou só colocar a conclusão do meu pedido.

Considerando não ter sido apresentada fundamentação para o ato que acatou o pedido apresentado pelo Sr. Governador do Estado de São Paulo requerendo tramitação em regime de urgência do PL nº 1.501, de 2023, e em atenção ao Art. 135, Art. 141 e ao Art. 143 do Regimento Interno desta Casa, indaga-se qual a fundamentação para que o referido projeto de lei ordinária seja recebido em trâmite de urgência.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, deputada. Será recepcionada a vossa questão de ordem e respondida oportunamente. Obrigado pela oportunidade.

Seguindo a lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Alex Madureira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra a deputada Dani Alonso. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis. Tem V. Exa. o tempo regimental do Pequeno Expediente.

O SR. REIS - PT – Quero saudar o presidente, deputado Dr. Jorge do Carmo, também o deputado Suplicy, o deputado Carlos Giannazi, a deputada Ediane Maria, o deputado Major Mecca, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, todos os funcionários desta Casa, o público presente e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presidente Jorge do Carmo, eu quero continuar cobrando do governador o reajuste do tíquete dos funcionários públicos, porque, à medida que nós circulamos pelo estado, os funcionários públicos têm nos cobrado. Eles têm nos cobrado porque não é possível um tíquete de 12 reais. É inaceitável, é uma agressão ao funcionário público.

Ontem - se eu não me engano, ontem ou antes de ontem -, eu perguntei para o deputado Vitão do Cachorrão. O deputado Vitão, deputado Mecca, tem um hot dog. Esse nome, "Vitão do Cachorrão", veio do cachorro-quente que ele vende lá em Sorocaba, que é muito famoso.

Aliás, quando vocês visitarem Sorocaba, procurem lá o bar em que é vendido esse cachorro-quente do Vitão. É muito famoso o cachorro-quente do Vitão do Cachorrão.

Eu perguntei para ele: "deputado, quanto custa um suco e um cachorro-quente?" Ele falou: "18 reais". Doze reais um pão com salsicha, que ele falou que não é o top, é o inicial, é a entrada. Um pão com salsicha e um suco, 18 reais.

Então, 12 reais é inaceitável. E há muitos anos que é esse valor de 12 reais. Não é de agora. E nós, quando fizemos aqui o debate do reajuste dos 6% do funcionalismo público, para que a votação transcorresse tranquilamente, o líder do Governo fez um acordo de que o vale-refeição dos funcionários seria reajustado.

Eu, inclusive, apresentei uma emenda, deputado Jorge do Carmo, para que fosse pelo menos no valor de uma unidade fiscal, que está em cerca de 34 reais. Pelo menos. Ainda é insuficiente, ainda é praticamente a metade do que a Assembleia paga para os seus assessores. Mas devia ser pelo menos uma unidade fiscal.

Pedi também para que houvesse isonomia, deputado Major Meca que defende as carreiras policiais, que houvesse isonomia entre os policiais militares e os demais policiais. Porque para os policiais militares fixou-se um teto de 228 unidades fiscais, que representam cerca de 7.811 reais, e para os demais policiais, os policiais civis, penais, técnico-científicos, fixou-se um teto de cerca de 5.400 reais, ou 156 unidades fiscais.

Então, já que o governador não quer levar essa isonomia para todo o funcionalismo, que houvesse, pelo menos dentro das carreiras policiais, essa isonomia, que fosse igualado pelo teto e não por baixo, para que todos tivessem esse mesmo valor. Os policiais penais continuam reclamando que o projeto deles não chega nesta Casa. É a regulamentação da Polícia Penal que não chega a esta Casa.

Inclusive, ontem, o presidente André do Prado nos recebeu, agradeço ao presidente desta Casa, que, de imediato, quando eu falei que as carreiras policiais queriam vir à Assembleia Legislativa ter uma reunião com ele, para tratar da pauta dos policiais civis, dos policiais penais, dos policiais técnico-científicos, ele de imediato se pôs a recebê-los.

E, novamente, aflorou essa questão da regulamentação da Polícia Penal. Inclusive, o sindicato até colocou um novo nome no governador. Passou a chama-lo de "Tarcinóquio". O que seria o "Tarcinóquio, deputado Jorge do Carmo? O que seria o "Tarcinóquio", nome que a Polícia Penal está colocando no governador Tarcísio de Freitas?

Ele não precisava desse apelido. Desnecessário. Desnecessário ele levar esse apelido, "Tarcinóquio", uma mistura de Tarcísio com Pinóquio, porque prometeu até 15 de agosto entregar aqui a regulamentação da Polícia Penal, prometeu que a diferença do reajuste que os demais policiais tiveram e a Polícia Penal não teve, que seria encaminhado para esta Casa, e isso não aconteceu.

Então, são questões de prazos, de datas que não são cumpridas e que levou a essa frustração dos integrantes da Polícia Penal. E acabaram por carimbar o governador com mais esse título, o título de "Tarcinóquio". Eu achei desnecessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, deputado Reis. Vossa Excelência tem toda razão, não é possível que em um estado como São Paulo um ticket de refeição tenha o valor irrisório de apenas 12 reais, o que não dá para comer um cachorro-quente, por mais simples que seja, como V. Exa. aqui mencionou.

Seguindo a ordem da lista dos oradores inscritos, com a palavra o deputado Caio França. (Pausa.) Com a palavra a deputada Márcia Lia. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. Tem V. Exa. o tempo regimental do Pequeno Expediente.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, Dr. Jorge, todos os deputados, deputadas, todos os que nos acompanham pela TV Alesp. Tem nosso apoio nessa cobrança ao governo, deputado Reis, em relação a esses tickets.

Isso aí é um trabalho árduo que nós fazemos desde a legislatura passada, que foi o meu primeiro mandato. Nós também levamos não só ao governador, como aos secretários de estado, a importância e a necessidade de celeridade em muitas medidas em relação aos policiais do estado de São Paulo, aos funcionários públicos e em todas as áreas.

Porque o governador Tarcísio pegou um estado de São Paulo, vamos dizer assim, em frangalhos. Porque, com 30 anos de desconstrução da polícia, 30 anos de desconstrução de Educação, Saúde, Infraestrutura, Saneamento Básico, não é da noite para o dia que as coisas mudarão de cenário, como é a expectativa de todos os paulistas. E nós temos essa esperança, temos a expectativa e estamos trabalhando junto com o governador Tarcísio nessa reconstrução.

Nós citamos aqui o exemplo da recomposição salarial da Polícia Militar, Civil, Técnico-Científica. Ainda estamos aguardando e estamos cobrando; cobrei do secretário de Administração Penitenciária o envio desse projeto, que já está tardio.

Os policiais penais são uma categoria extremamente sofrida na atividade que exerce, e esses entraves burocráticos precisam ser superados, porque quando nós falamos de polícia, nós falamos de vida.

E para que nós possamos combater o criminoso, nós temos que ter a preocupação com a vida do operador de Segurança Pública, que é o policial, que é o patrulheiro.

Nós precisamos estar atentos às legislações relativas ao combate ao criminoso, ao bandido, que tem que estar na cadeia. Ontem, na Câmara dos Deputados, foi aprovado um projeto de lei importante, Projeto de lei no 3.780, de 2023, que aumenta as penas de roubo, de latrocínio, de furto, de receptação.

Essa lei, agora, segue para o Senado. E a todos vocês que nos acompanham pela TV Alesp, quando nós falamos de todas essas pautas de Segurança Pública, de Saúde, de Educação, saibam que é um trabalho conjunto de esferas federal, estadual, municipal, para que você, cidadão, possa colher os frutos de boas políticas. Essa que eu cito agora, esse PL 3.780, nós acompanhamos, conversamos com os deputados federais, apoiando-os em relação à necessidade desse aumento de pena.

Porque o bandido tem que estar na cadeia, bandido não pode estar na rua, matando, estuprando, matando jovem, mulher, por conta de um aparelho celular e de uma bolsa.

E nos causou muita estranheza ontem, viu Dr. Jorge, a obstrução ferrenha que o PT e o PSOL fizeram para que esse projeto não fosse aprovado. Bandido tem que estar na cadeia. Aqui na Casa, em relação às emendas à Lei Orçamentária Anual.

As nossas emendas são no sentido de que o governo invista em compra de tornozeleira para manutenção e acompanhamento de bandido, e não para investir em câmera corporal para prejudicar a vida do policial, que está na rua para defender o cidadão, que já trabalha com uma intensa insegurança jurídica por conta de legislações do Código Penal, Processo Penal, Lei de Execuções Penais e por aí vai, que afaga bandido e prejudica polícia.

Então hoje nós estamos aqui para dizer que nós estamos acompanhando junto ao Governo do Estado de São Paulo todas essas medidas, seja em âmbito de Segurança Pública, seja em âmbito da Educação, Saúde, para que São Paulo possa mudar e nós possamos sair desse ostracismo em que uma criança entra dentro de uma escola e se sente insegura.

Contem com o nosso trabalho. Ao longo deste ano de 2023, é uma honra a todos os integrantes do meu gabinete, do gabinete do deputado Major Mecca, nós sermos o deputado que mais enviou recurso para a Polícia Militar, para as polícias do estado de São Paulo, sempre no sentido de melhorar as condições desses homens e mulheres que se sacrificam para salvar a vida dos cidadãos de bem do nosso estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DR. JORGE DO CARMO - PT - Obrigado, Deputado Major Mecca. Seguindo a lista de oradores inscritos, com a palavra o deputado Luiz Fernando Teixeira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Atila Jacomussi. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rogério Santos. (Pausa.)

Com a palavra o deputado professor Carlos Giannazi. Tem V. Exa. o tempo regimental do Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Dr. Jorge do Carmo, deputado Reis, telespectador da TV Assembleia, eu quero, aqui da tribuna da Assembleia Legislativa, mais uma vez manifestar o meu total apoio à luta dos trabalhadores, dos servidores da USP que trabalham nos navios do Instituto Oceanográfico.

Esses trabalhadores estão contratados há mais de 20 anos, 20, 30 anos trabalhando nesses navios - dois deles em Santos, tem navio em Cananeia, em Ubatuba. Eles estão sendo, Sr. Presidente, agora descartados de uma forma perversa, sendo vítimas de uma verdadeira agressão, de uma verdadeira afronta à dignidade humana e aos direitos trabalhistas.

Eles foram contratados pela Universidade de São Paulo e sempre prestaram um trabalho muito importante de apoio ao ensino e à pesquisa nesses navios, dando suporte aos pesquisadores, aos alunos da graduação, da pós, do mestrado, do doutorado, do pós-doutorado, ajudando na elaboração e no trabalho de pesquisa desse importante Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

No entanto, agora, do dia para a noite, a universidade descobriu que ela cometeu um erro na contratação, um erro entre aspas, porque ela não realizou concurso público. Na época, quando esses contratos foram feitos, há 20, 30 anos atrás, ela contratou esses servidores através de uma empresa intermediária.

Agora que ela descobriu isso, do dia para a noite, ela está descartando, eliminando esses importantes servidores, trabalhadores que têm família, Sr. Presidente. É um absurdo o que a universidade está fazendo.

Eu estive lá recentemente, alguns meses atrás. Conheci o trabalho deles, inclusive tenho as fotos aqui. Quero mostrar, Sr. Presidente, que aqui está a professora Michele, que é a presidente da Adusp. Ela está agora, neste momento, lá, prestando apoio e solidariedade aos trabalhadores que estão sendo descartados.

A USP quer que eles saiam, porque ela contratou uma empresa terceirizada. Ela quer colocar no lugar desses trabalhadores, que são históricos, que têm experiência e trajetória, uma empresa terceirizada. Está tentando retirar à força os trabalhadores.

A professora Michelle, que é do Fórum das Seis, que é a presidenta da Adusp, está lá manifestando o apoio da comunidade acadêmica, sobretudo dos professores e dos alunos aos trabalhadores, Sr. Presidente.

Eu já pedi a convocação do reitor, para que ele venha depor na Assembleia Legislativa, para que ele cesse esse processo de perseguição, para que todos esses trabalhadores tenham a sua situação resolvida, do ponto de vista trabalhista.

É uma agressão, Sr. Presidente, ao direito do trabalhador, e querem demitir sem nenhum direito, não querem pagar as verbas rescisórias, Sr. Presidente. É um absurdo isso.

Olha, nós estamos chocados com esse comportamento autoritário da Universidade de São Paulo, na verdade, da reitoria. A maior universidade do Brasil. Isso não combina com a reitoria da Universidade de São Paulo, com o nome da USP.

Então, nós exigimos que eles sejam todos reintegrados, que a universidade, através da sua procuradoria, através do sindicato, busque uma saída. O sindicato já apresentou, Sr. Presidente, saídas. O sindicato tem negociado – Sintusp - mas a reitoria está intransigente com os servidores, com essa situação. Os trabalhadores lá esperando uma negociação, Sr. Presidente.

Então, nós exigimos que a solução seja dada imediatamente, que nenhum trabalhador seja demitido. É grave a situação, Sr. Presidente.